

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Energia barata não, competitiva sim	2
Título: Venda de Pasadena põe fim a uma era	3
Título: De olho nas ações	4
Título: ‘O problema no Brasil é o setor público’	6
Título: Queiroz Galvão tem mês decisivo de acordo com bancos	8
Título: Toffoli afirma que Supremo precisa ser defendido	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Petrobras anuncia alta de 2,5% no preço do diesel na refinaria	10
VEÍCULO: O Globo	11
Título: Riqueza do pré-sal	11
Título: Modelo de venda da Eletrobras sai até junho.....	14
Título: O homem do gás.....	15
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: A ameaça dos caminhoneiros	16
Título: Gasolina a R\$ 4,49 em média no DF	17

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/05/2019****Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: Energia barata não, competitiva sim**

Energia barata é uma espécie de fetiche de diferentes governos, sejam de centro, mais à esquerda ou mais à direita. Isso porque não existe energia barata, e sim energia competitiva. Afinal, energia é um insumo que entra no custo, e países onde a energia não é competitiva em nível global acabam por perder uma grande vantagem comparativa. Portanto, o slogan choque de energia barata deveria substituir o barata por competitiva, e com isso certamente poderíamos ter evitado a fatídica Medida Provisória 579 do governo Dilma, que deixou um rombo no setor elétrico de quase R\$ 200 bilhões; e os subsídios ao diesel e à gasolina, também no governo Dilma, que provocaram um buraco no caixa da Petrobrás de algo como R\$ 80 bilhões, mais uma vez buscando o combustível barato. A questão é como implantar um programa com políticas públicas que estimulem a oferta de energia competitiva. Ao longo dos últimos anos temos tido todas as evidências de que não é com a caneta nem tampouco com a boa vontade e crença dos governantes.

Em primeiro lugar, energia competitiva não combina com subsídios nem com impostos elevados. E este é o caso do Brasil. Temos subsídios quase eternos na energia elétrica e os impostos federais e estaduais representam uma das maiores parcelas da tarifa de energia elétrica, do gás natural e dos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. No caso dos Estados, o ICMS é cobrado ad valorem, ou seja, um percentual sobre a tarifa e o preço. Assim, quanto mais cara a energia, mais os Estados arrecadam. Não dá para ter imposto na energia com o conceito arrecadatário que temos nas bebidas e nos cigarros.

O debate no atual governo tem se concentrado muito em reduzir o preço do gás natural e, com isso, o da energia – chega-se a falar de 50%. Acho que está havendo muita confusão em toda esta discussão. Primeiro, é completamente errado prometer qualquer percentual de redução no preço. Isso é coisa de Dilma. Em segundo lugar, é fundamental entender que a regulação federal do gás natural termina no city gate, daí para a frente é estadual. É possível resolver alguns impasses via infralegal; outros, só por lei; mas do city gate para a frente, só com decisões estaduais. Do ponto de vista federal, cabe ao **Ministério de Minas e Energia** coordenar as proposições, e a primeira medida é implantar o acesso negociado a gasodutos de escoamento da produção, Unidades de

Processamento de Gás Natural e gasodutos de transporte, criando uma forma de compensar a Petrobrás por abrir mão da capacidade nessas infraestruturas.

Feito isso, outros produtores poderiam ofertar gás para as distribuidoras e os consumidores livres. Essa concorrência entre produtores poderá, no curto prazo, reduzir o preço da molécula, que é o principal custo, seguido pelos impostos. A existência do consumidor livre é consequência, e não causa. Quando houver concorrência na oferta de gás, a presença do consumidor livre no mercado de gás crescerá. Mas, para que isso tudo funcione e o gás chegue ao consumidor, precisamos dar alguns passos essenciais. Primeiro, acordar o melhor modelo para a gestão da oferta e demanda do fluxo físico do gás, que atenda os agentes de mercado e garanta o suprimento ao consumidor final. Segundo, solução das questões tributárias e troca de gás em pontos da rede de transporte.

Por fim, comparar os EUA com o Brasil não faz sentido. Os EUA são exportadores e nós, importadores, e a principal diferença é que lá existe uma grande infraestrutura construída e amortizada. O nosso maior desafio é fazer crescer a infraestrutura, de gasodutos de escoamento da produção até os de distribuição. Nesse sentido, excetuando-se o oportunismo de alguns (comum nestes momentos de discussão mais acirrada), não há nenhuma contradição ou mesmo situações que ponham em oposição agentes da cadeia de valor do gás no Brasil. Ao contrário, é preciso que todos tenham margens adequadas para investir no crescimento da infraestrutura indispensável ao País, para que com isso possamos aumentar a oferta de gás e, ao mesmo tempo, criar a demanda capaz para termos gás competitivo no Brasil. Este é o jogo do ganha-ganha que o programa do novo mercado de gás precisa implantar no País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/05/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Venda de Pasadena põe fim a uma era

A venda da refinaria de Pasadena, no Estado americano do Texas, pela Petrobrás para a Chevron, concluída na quarta-feira, por US\$ 467 milhões – sendo US\$ 350 milhões pelo valor das ações e US\$ 117 milhões de capital de giro –, é mais que um importante negócio para reduzir o endividamento da estatal. Simboliza o fim de uma era de má gestão, corrupção e de pretensões falsas de grandeza. Sob o pretexto de reforçar a posição internacional da Petrobrás, o governo petista a levou a adquirir a refinaria americana, além de outra em Okinawa, no Japão (também já vendida), enquanto duas refinarias estavam projetadas no Brasil.

Comprada em 2006, Pasadena se transformou em escândalo, envolvendo a presidente Dilma Rousseff, que, na época do negócio, presidia o conselho da Petrobrás. Para safar-se da responsabilidade pela autorização da compra, Dilma alegou que a aprovara com base num parecer "técnica e juridicamente falho". Disse, também, que não teria autorizado o negócio se tivesse tido acesso a todos os estudos sobre a operação. O fato é que a Petrobrás pagou por Pasadena nada menos do que US\$ 1,249 bilhão, só ficando com 50% da refinaria, tendo adquirido a participação da belga Astra Oil.

Numa conta simples, verifica-se que a Petrobrás perdeu US\$ 782 milhões, ou seja, mais da metade do que pagou originalmente. Convém lembrar que as instalações da refinaria vinham sofrendo contínuo desgaste, tanto assim que, em janeiro, o valor acertado para sua venda era bem maior, chegando a US\$ 562 milhões, US\$ 95 milhões mais que o efetivamente pago pela Chevron.

Como mostraram as investigações conduzidas no âmbito da Operação Lava Jato, a aquisição de Pasadena foi só um elo numa ampla cadeia de corrupção e má gestão, felizmente já rompida. No governo de Michel Temer, a Petrobrás ingressou em nova era, na qual a ênfase recai sobre a venda de ativos, estando prevista a transferência para a iniciativa privada de seis refinarias, além de participação em outras empresas e em campos de petróleo.

Paralelamente, como anunciou seu atual presidente, Roberto Castello Branco, a Petrobrás vai concentrar investimentos na exploração e produção de petróleo, áreas para as quais seu plano de negócios prevê investimentos de R\$ 89,1 bilhões entre 2019 e 2023. Desse modo, a estatal cumpre o papel para o qual foi criada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Renato Carvalho

Título: De olho nas ações

Coluna do Broadcast

Para analistas, ações da Petrobrás têm potencial com venda de ativos

Os analistas do mercado financeiro acreditam que, apesar de já estar no radar dos investidores há alguns meses, o processo de desinvestimentos da Petrobrás ainda não foi totalmente precificado nas ações. Para eles, as ações da estatal ainda têm potencial de valorização no curto prazo, à medida que as negociações para venda de ativos forem avançando.

Para Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, a precificação da venda de ativos, principalmente de refinarias, se dará a partir do momento em que maiores detalhes forem divulgados. "A estratégia anunciada por Roberto Castello Branco é quebrar o monopólio no refino e da mesma forma reduzir sua participação na distribuição. Ele citou um valor de US\$ 15 bilhões, mas entendo que este valor depende de vários fatores, e inclusive falta entender como se dará a venda".

Atualmente, a Mirae trabalha com um preço-alvo de R\$ 32,30 para a ação PN da Petrobrás, o que representa um potencial de valorização de 21% em relação ao fechamento de ontem. Alexandre Faturi, analista da Nova Futura Investimentos, chama atenção para o fato de que o plano de desinvestimentos tem sido acompanhado há meses pelo mercado. "Na nossa concepção, o plano de desinvestimento foi precificado, mas não totalmente. O papel ainda sofrerá oscilações relevantes na medida que as negociações forem se concretizando".

A intenção de vender refinarias e participação na BR Distribuidora representa um esforço adicional da Petrobrás em seu plano de venda de ativos, segundo Ricardo Peretti, estrategista de Pessoa Física da Santander Corretora.

"Assim, enxergamos que o anúncio ainda não foi completamente precificado pelos investidores e mantemos nossa visão positiva sobre a Petrobrás, cujo preço-alvo de R\$ 36,00 oferece um potencial de alta de 20% em relação à cotação atual (calculado com base nas ações ordinárias). Vale mencionar, contudo, que a venda destes ativos, principalmente as refinarias, encontrará resistência de alguns setores da sociedade, o que tende a tornar o processo mais incerto", diz Peretti.

Por estarmos no começo de maio, todas as corretoras promoveram mudanças ou trocaram toda a sua carteira de recomendação. É o caso do BB Investimentos, que recomenda Embraer ON, Sabesp ON, RD ON, Locamerica ON e Totvs ON. O Bradesco BBI trocou três ações, com a inclusão de Banco do Brasil ON, B3 ON e Gerdau PN. Energisa Unit e Tenda ON completam a carteira.

A carteira da Mirae será composta por B3 ON, GPA PN, Petrobras PN, Gerdau PN e Vale ON. A Modalmais recomenda Suzano ON, BB Seguridade ON, Embraer ON, Minerva ON e Ambev ON. A da Nova Futura é composta por Gerdau PN, Light ON, Qualicorp ON, RD ON e Via Varejo ON. A Planner manteve Magazine Luiza ON, acompanhada de Lojas Americanas PN, Marcopolo PN, Usiminas PNA e RD ON. A Socopa retirou BRF ON e Usiminas PNA, e colocou Kroton ON e CCR ON.

A Coinvalores retirou Natura ON e incluiu GPA PN. A Guide Investimentos tirou Bradesco PN e inseriu BB ON. O Santander tirou BB ON de sua carteira, e em seu lugar entrou Bradesco PN. Na Terra Investimentos, saiu BR Distribuidora ON e

entrou Ultrapar ON. Finalmente, a XP Investimentos retirou de sua carteira AES Tietê Unit, e incluiu Gerdau PN.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/05/2019

Seção: Economia

Autor: Fernando Scheller Mônica Scaramuzzo

Título: 'O problema no Brasil é o setor público'

José Eduardo Queiroz, sócio-diretor da Mattos Filho Advogados

Para gestor do Mattos Filho, governo tem de aprovar a reforma da Previdência e redefinir papel do Estado

Para o Brasil reencontrar o caminho do crescimento, a reforma da Previdência é só o primeiro passo, diz José Eduardo Queiroz, sócio da Mattos Filho Advogados, um dos maiores escritórios do País. Segundo ele, o País precisa redefinir o papel do governo, tanto na esfera federal quanto na estadual. "O problema no Brasil é o setor público. Não tem a ver com o setor privado", diz Queiroz, que também faz parte do Núcleo de Governança do Programa Juntos, organização da sociedade civil que procura estimular parcerias inovadoras entre setor privado e poder público. Leia trechos da entrevista:

O mercado esperava reação mais rápida da economia. Como o sr. vê o ambiente de negócios?

Vimos de um desempenho econômico horroroso nos últimos quatro anos. Não tinha a expectativa de que 2019 representasse uma virada muito grande. As prioridades passam pelo equilíbrio das contas públicas, não só no governo federal, mas também dos Estados. Essas medidas, quando implementadas, aumentarão a confiança dos investidores. Na minha cabeça sempre foi assim: o ano vai entrar com uma agenda de reformas, como a da Previdência e a tributária, que é sempre difícil de empurrar.

O que o sr. está achando da implementação?

Sob a perspectiva da agenda econômica, várias coisas aconteceram. Teve a agenda de concessão e privatização, que já estava programada pelo governo Temer. A reforma da Previdência é ambiciosa. Comparada com outras iniciativas do passado, toca pontos importantes.

Mas temos visto dificuldade de articulação com o Congresso.

Temos de pensar qual País a gente quer construir, onde queremos chegar e o que teremos de fazer para chegar lá. É uma discussão importante. Talvez hoje estejamos ainda numa emergência da agenda econômica. Mas, dessa forma, é difícil de pensar uma visão mais articulada. É um problema da sociedade como um todo.

O sr. acha que Jair Bolsonaro está pavimentando um caminho para construir um País diferente?

Ele está entregando aquilo que disse na campanha. As privatizações e parcerias público-privadas de alguma maneira estão acontecendo. Ele está tomando iniciativa de apresentar uma reforma. Está tendo um ruído na relação com o Congresso? Sim. Mas sempre teve em outros governos. É normal.

Mas o mercado financeiro está revisando para baixo as perspectivas de crescimento. Como isso afeta o ânimo do investidor?

Se a reforma começar a andar mais rápida, a projeção (de crescimento) volta. Esses indicadores flutuam muito. A tese do Brasil é a mesma. Você tem um mercado enorme, um País com um ambiente de negócios bom, muito parecido com as grandes economias ocidentais. Uma coisa é o investidor de Bolsa, que olha o dia a dia. Para quem olha o Brasil mais para frente, a tese não mudou.

A reforma da Previdência, então, é um divisor de águas?

É um indicador importante de que podemos caminhar para uma situação de equilíbrio fiscal. A aprovação provará a capacidade de o governo se organizar e que existe consenso político do que é importante para o Brasil. O problema no Brasil é o setor público. Não tem a ver com o setor privado.

O governo tem uma agenda de privatização ambiciosa. Há apetite para tudo, como Eletrobrás, Caixa e Petrobrás, por exemplo?

Tem de colocar na conta o que vai ter nos Estados também. Apetite terá, mas depende de quais forem as condições. Será arrecadado mais dinheiro via concessão e PPPs do que via privatização propriamente dita. O que se ouve é que os Estados estão preocupados em atrair interesse. Vamos ter subsidiar alguma coisa? Talvez seja uma escolha que o governo terá de fazer.

Como energia, pedágio?

Esses são bons exemplos. A forma é estabelecer a concessão e pensar o seguinte: tem algo aqui que eu vou ter de dar subsídio? Por exemplo, energia rural. Você pode chegar à conclusão que sim. É uma conta do Estado. Se o Estado quer ter políticas de compensação, vai ter essas coisas. A gente tem uma

agenda de Estado menor. Essa é uma reflexão para fazer. Será que conseguimos ter o Brasil com um Estado menor? Ou vamos tirar o Estado de um lugar e colocar em outro?

Como assim?

Do jeito que o Brasil é, não sei se o Estado mínimo cabe. Tem de tirar o Estado de onde ele não precisa estar para colocar a iniciativa privada no lugar. Mas, se quiser ter um País melhor, precisa de uma política para atrair investimentos. Com o nível de investimentos que temos, não se vai a lugar nenhum.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/05/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Queiroz Galvão tem mês decisivo de acordo com bancos

Grupo receberá dividendos de R\$ 300 milhões de subsidiária, mas terá de proteger recursos até assinatura da renegociação da dívida

Depois de quase dois anos e meio de idas e vindas, a reestruturação da dívida de R\$ 10 bilhões do grupo Queiroz Galvão entra numa fase crucial na próxima semana. Na terça-feira, a holding receberá dividendos de cerca de R\$ 300 milhões da Queiroz Galvão Exploração e Produção (agora chamada de Enauta). Desse montante, R\$ 215 milhões deverão ser destinados ao pagamento da primeira parcela da dívida aos credores. O dinheiro, no entanto, só sairá do caixa da companhia após a assinatura do acordo com os bancos, previsto para ocorrer até o fim do mês.

O Estado apurou que, nesse período, enquanto o contrato não for assinado, os recursos terão de ser protegidos contra a tentativa de algum credor querer acessar o dinheiro, num movimento de execução da dívida. A empresa deverá adotar instrumentos para se proteger, como a criação de uma conta vinculada para colocar o dinheiro. Mas, se a estratégia não conseguir barrar algum credor, a companhia pode recorrer a uma recuperação judicial. Segundo fontes ligadas às negociações, o pedido está preparado para qualquer emergência.

Desde o fim do ano passado, os credores tentavam resolver o pagamento da primeira parcela do acordo. Na época, os bancos exigiam que a empresa fizesse o pagamento no ato da assinatura do contrato, mas a holding só queria desembolsar o montante depois que todo o processo fosse concluído, com a formalização das garantias.

Os acionistas temiam que a companhia fizesse o pagamento e, depois, durante a definição das condições, algum credor desistisse do acordo. A medida levaria o grupo a recorrer a um pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, mas sem R\$ 215 milhões em caixa, que já teriam sido desembolsados.

Esse problema, segundo uma fonte próxima às renegociações, já foi superado com a mudança no formato do acordo. Agora a assinatura ocorrerá com todos os passos concluídos. A minuta do acordo da Move, Parceria Público-Privada (PPP) para implantação da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo, foi fechada ontem; e da incorporadora e do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), a expectativa é ser concluída ao longo da próxima semana.

Amortização. Pela proposta de reestruturação da dívida, a Queiroz Galvão terá um ano de carência para pagamento. No segundo ano, haverá o desembolso de juros e, no começo do terceiro ano, a empresa iniciará a amortização de 14% dos débitos. As negociações se arrastam desde o fim de 2016.

A reestruturação inclui a dívidas da construtora, da área imobiliária, do setor elétrico, da siderurgia, do braço de alimentos e do estaleiro. Ficaram de fora dívidas de negócios que não enfrentam problemas no curto prazo, como a empresa de exploração e produção de petróleo e a Vital, de coleta de lixo, que tem participação minoritária do grupo.

Recuperação. No caso da empresa de energia, que responde por 35% da dívida do grupo, foi preciso rever o plano de recuperação extrajudicial que foi recusado, em março, pelo juiz Marcelo Barbosa Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais. Na decisão, ele argumentou que as 36 empresas incluídas no plano não poderiam ser consideradas um mesmo grupo econômico e não eram economicamente integradas.

Para resolver esse problema, a Queiroz fez uma renegociação com o fundo Castlake e entrou com pedido de recuperação judicial e extrajudicial de quatro empresas do grupo. Duas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que tinham problema de risco hidrológico entraram em recuperação judicial e duas em recuperação extrajudicial. Os pedidos foram aceitos, mas estão na fase do recebimento de embargos por parte dos credores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/05/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Toffoli afirma que Supremo precisa ser defendido

Em jantar de desagravo ao Supremo Tribunal Federal, na noite de ontem, em São Paulo, o presidente da Corte, Dias Toffoli, disse que o STF precisa ser defendido de ataques que vem sofrendo e insinuou que é crime a tentativa da força-tarefa da Lava Jato de usar os R\$ 2,5 bilhões ressarcidos à Petrobrás para criar uma fundação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras anuncia alta de 2,5% no preço do diesel na refinaria

Reajuste é o primeiro desde intervenção de Bolsonaro; gás de botijão sobe 3,4%

rio de janeiro A Petrobras anunciou nesta sexta-feira (3) aumento médio de 2,5% no preço do diesel vendido em suas refinarias. A empresa elevou também os preços do gás de cozinha vendido em botijões de 13 quilos, mais usados nas residências.

O reajuste no preço do diesel ocorre 15 dias após a última alta, de 4,8%, respeitando o prazo mínimo definido pela política de preços da estatal.

A partir deste sábado (4), o diesel será vendido pelas refinarias da empresa, em média, a R\$ 2,3047, por litro, alta de R\$ 0,0577 com relação ao valor vigente até esta sexta. Não houve alteração no preço da gasolina.

É o segundo aumento no preço do diesel desde que a empresa suspendeu elevação de 5,7%, anunciada no dia 1 de abril, em razão de riscos de nova paralisação dos caminhoneiros. O recuo se deu após telefone do presidente Jair Bolsonaro ao presidente da estatal, Roberto Castello Branco.

A suspensão do reajuste levantou temores sobre intervenção do governo na gestão da Petrobras, derrubando o valor das ações da empresa.

No pregão do dia seguinte, a companhia perdeu R\$ 32 bilhões em valor de mercado.

Nas negociações com os caminhoneiros para debelar o movimento de paralisação, o governo se comprometeu a aumentar a fiscalização nas rodovias sobre a tabela do frete e a reajustar os valores de acordo com a variação do preços do diesel.

Nesta semana, a tabela foi atualizada, após a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) afirmar que houve aumento superior a 10% nos preços nos postos.

Além de anunciar o reajuste no diesel, a Petrobras aumentou o preço do gás de cozinha vendido em botijões de 13 quilos, o mais comum no país. A alta foi de 3,4%. A partir deste sábado, o combustível será vendido pelas refinarias da Petrobras a R\$ 26,20 cada 13 quilos —o preço é livre nas revendas.

Esse produto é reajustado pela Petrobras a cada três meses. Já o óleo diesel tem reajustes num prazo mínimo de 15 dias. A gasolina, que subiu três vezes em abril, tem reajustes, no máximo, a cada 15 dias.

Os repasses ao consumidor dependem de fatores como impostos e margens de distribuidoras e postos.

O preço de venda da Petrobras corresponde a 56% do preço final de venda do diesel. No botijão de gás, são 34%.

O aumento no preço do diesel acompanha a alta do petróleo do mercado externo.

Desde o início do ano, o barril do tipo Brent, referência internacional, acumula alta de 31%.

O petróleo encerrou 2018 cotado a US\$ 54,18 e terminou esta sexta-feira a US\$ 70,85.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/05/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E MARTHA BECK

Título: Riqueza do pré-sal

Governo prevê levantar R\$1 tri em 30 anos com exploração. Proposta é dividir com estados

BRASÍLIA- O governo calcula que será possível arrecadar R\$ 1 trilhão pelos próximos 30 anos com a exploração de quatro blocos de petróleo do pré-sal que integram o megaleilão em outubro. Os recursos, que virão da arrecadação de royalties (compensação paga pelas empresas que exploram petróleo) e impostos, vão irrigar os cofres da União, estados e municípios. A conta foi apresentada pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, em entrevista ao GLOBO.

Atualmente, a maior parte do dinheiro arrecadado com o pré-sal, que inclui também a parte que cabe à União do petróleo explorado, vai para o governo federal. Mas, diante da penúria de estados e municípios, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende fazer uma distribuição mais generosa dos valores. A promessa é partilhar até 70% do valor obtido.

— É R\$ 1 trilhão em 30 anos de arrecadação nos três níveis. Isso é dinheiro e tem um efeito multiplicador — disse Albuquerque.

Alteração na Constituição

Primeiro irá entrar no caixa do governo o bônus de assinatura do leilão, que vai chegar a R\$ 106 bilhões, pago pelas empresas que vencerem a licitação. Esse dinheiro também será compartilhado com os governos regionais. Depois virá a exploração dos blocos. É nesse momento que o dinheiro de royalties começa a entrar nos cofres dos governos. O governo também fica com uma parte do petróleo produzido para depois vendê-lo.

Albuquerque lembrou que a operação será possível graças a um entendimento firmado entre a União e a Petrobras para rever o contrato da chamada cessão onerosa —acordo pelo qual a estatal obteve o direito de exploração de 5 bilhões de barris de petróleo do pré-sal. Os termos do contrato foram revistos depois de uma longa negociação, e a Petrobras ganhou o direito de ser ressarcida pela União em R\$ 33,6 bilhões.

Isso abriu caminho para que o governo possa vender o excedente de petróleo que existe nesse campos, depois de anos de discussão. O leilão está marcado para 28 de outubro, no Rio. O ministro alerta que a licitação não pode mais atrasar, sob o risco de o país perder dinheiro e investimentos.

— Cada ano que agente deixar de fazer o leilão, segundo dados bastante conservadores, são US\$ 6 bilhões que se perdem em investimentos, em plataformas, em custo de oportunidades — disse ele, lembrando que o petróleo da cessão onerosa já está pronto para ser explorado.

Segundo o ministro, outros países também têm reservas muito elevadas que vão entrar no mercado mundial nos próximos anos, o que pode concorrer com os campos brasileiros.

— Daqui a pouco tem outros campos. México e Guiana estão aí. Aqui está pronto. Cada ano que você não faz o leilão, deixa de gerar emprego aqui, deixa de contratar plataforma — acrescentou.

A equipe econômica já sabe que, para dividir os recursos do petróleo com estados e municípios, terá que propor uma alteração na Constituição. Como

antecipou o GLOBO, será necessário criar uma nova exceção na regra do teto de gastos, que limita as despesas federais. Com isso, o dinheiro pode ser transferido para os governos regionais sem contar como despesa sujeita ao limite do teto.

SEM AVAL DO CONGRESSO

Albuquerque também defendeu a possibilidade de fazer o leilão e assinar o acordo com a Petrobras sem o aval do Congresso. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem insistido que a palavra final sobre o acordo cabe aos parlamentares. Mas o ministro tem uma visão diferente.

— Eu tenho um diálogo aberto com o presidente da Câmara. Em nenhum momento ele contestou resoluções do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) que aprovaram o acordo e o leilão. Ele não contestou Se ele tivesse contestado uma resolução, seria outra coisa. Tem que ver em qual contexto o presidente da Câmara fala — disse o ministro, acrescentando: — Imagina só o presidente da Câmara dizer que a Petrobras, a renegociação do contrato dela, uma empresa de economia mista, listada na Bolsa de Nova York, tem que passar pelo Congresso. Se eu tenho ação, eu vendo. Leva insegurança.

Ele explicou que a partilha dos recursos com o pré-sal pode até ser alvo de análise pelo Congresso, mas não a revisão da cessão onerosa.

— Há uma discussão, que já vem do passado, que é sobre para onde vai o dinheiro. Isso é uma questão fiscal (que não necessariamente) tem a ver com o leilão da cessão onerosa — acrescentou.

Petrobras sobe preço do diesel pela 2a vez em 15 dias

> A Petrobras anunciou ontem aumento de 2,56% no preço do diesel.

> Valor cobrado às refinarias, sem impostos, passou de R\$ 2,2470 para R\$ 2,3047 já hoje.

> A última alta, de 4,84%, ocorrera há 15 dias, intervalo mínimo para alterações previsto na atual política da estatal.

> O último aumento aconteceu depois de o presidente Jair Bolsonaro ter pedido para a Petrobras suspender o reajuste que havia anunciado anteriormente, com medo de nova greve dos caminhoneiros.

(Bruno Rosa)

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/05/2019****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura e Martha Beck****Título: Modelo de venda da Eletrobras sai até junho**

Ministro de Minas e Energia diz que uma preocupação é evitar que estatal fique com apenas uma empresa

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, trabalha para apresentar o modelo de privatização da Eletrobras em junho. Para ele, será possível concluir o processo ainda neste ano, depois que a estatal for capitalizada. Uma das preocupações dele é evitar que a Eletrobras vá para as mãos de apenas uma empresa, o que concentraria o mercado de eletricidade no país.

— É preciso algumas ações estruturantes antes da capitalização. Mas acredito que a gente possa resolver isso em 2019. O modelo vai ficar pronto em junho. É um patrimônio que temos, e que nós temos que saber como utilizar em benefício da União — disse o ministro.

A empresa é responsável por cerca de 30% da geração de energia do Brasil e metade do sistema de transmissão.

— Você não pode botar isso na mão de uma só empresa. Olha o desbalanceamento que você dá no mercado se passar esses 30% de geração para alguém — afirmou.

Outra preocupação é gerar valor para a Eletrobras antes da capitalização. Por isso, antes da operação, o governo terá que resolver problemas que hoje diminuem o valor da estatal e que vão além da reestruturação pela qual a companhia passou nos últimos anos.

O governo deve encontrar uma saída, por exemplo, para as usinas da Eletrobras que operam no sistema de cotas. Nele, o pagamento pela energia gerada é tabelado, sem lucros para a empresa. Algumas das principais hidrelétricas da Eletrobras hoje operam dentro desse sistema, como Sobradinho (BA).

— Se você vai capitalizar uma empresa pujante, é uma coisa. Se vai capitalizar uma coisa que está capenga, é outra coisa. A União tem que pensar nisso. As empresas da Eletrobras têm hidrelétricas que estão submetidas ao regime de cotas. Será que esse regime de cotas é interessante para fazer a capitalização da empresa? — disse o ministro.

No modelo de capitalização proposto pela gestão Michel Temer, o governo permite à Eletrobras retirar suas usinas desse regime em troca de um bônus de outorga bilionário para o Tesouro.

ENERGIA EM RORAIMA

Outra preocupação do MME, Roraima só deve ser interligado ao sistema nacional de energia em 2021. Única unidade da federação fora do sistema, o estado depende da eletricidade da Venezuela para se abastecer. Com a crise no país vizinho, a energia consumida no estado é gerada por usinas termelétricas a óleo, mais caras e poluentes.

A solução para isso será a construção de uma linha de transmissão de energia entre Manaus e Boa Vista. A obra não começou porque depende de autorização da Funai, uma vez que a linha passa por território indígena.

— A licença de instalação deve ocorrer no fim de junho. As obras começam no início do segundo semestre e ficam prontas em 2021. Vamos ter o leilão de energia renovável. Temos de prover para aquele estado a segurança energética que outros estados têm.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O homem do gás

A Petrobras escolheu Rodrigo Costa Lima e Silva para ser o novo gerente executivo de Gás e Energia. Com as descobertas de gás, essa área ganhou muita importância.

Gerente de Estratégia...

Outra mudança na estatal é a de Rafael Chaves Santos para gerente executivo de Estratégia da Petrobras.

AMAZÔNIA S.A.

O diretor Estevão Ciavatta, autor de "Amazônia S.A." (2015), estará hoje em Bonn, na Alemanha, num evento para falar sobre a floresta brasileira. O mote será o crescente desmatamento nos últimos anos — mesmo antes do governo - motosserra de Bolsonaro.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 04/05/2019****Seção: Política****Autor: Rodolfo Costa****Título: A ameaça dos caminhoneiros**

A ameaça de greve dos caminhoneiros está de volta, motivada pelo reajuste de 2,56% do óleo diesel, anunciado ontem pela Petrobras. A indignação da categoria não é só contra a estatal, mas também por causa de medidas não cumpridas pelo governo. Representantes de transportadores autônomos admitem que, no conjunto da obra, ficou mais difícil controlar o clamor por uma paralisação nacional.

O aumento de preço sobre o principal combustível utilizado pelos caminhões teria repercutido imediatamente no grupo de WhatsApp do Comando Nacional do Transporte, o principal canal de comunicação em que líderes dialogam sobre pautas da categoria. Os mais revoltados iniciaram um debate sobre uma data de paralisação por meio de obstrução de rodovias, como aconteceu em 2018. Os menos indignados sugeriram chegar em comboio a Brasília e permanecer no estacionamento do Estádio Mané Garrincha. Seria uma forma de pressionar o governo, sem greve, mas com intimidação.

A maioria dos autônomos cogita unir forças com outra parcela da categoria, capitaneada por Wanderlei Alves, o Dedéco, que havia incitado uma greve para 29 de abril, mas abortou a ideia depois de ser atendido pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

A reunião de Dedéco com o governo, em 22 de abril, ampliou um distanciamento que existia dentro da categoria. O autônomo, que representa alguns transportadores na Região Sul, sobretudo no Paraná, se alinhou aos sindicatos, representados pela Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA). A proximidade enfureceu uma parcela maior de lideranças que não se sentem representadas pela entidade. A revolta contra o Estado, no entanto, pode unir a classe, admite Ivar Schmidt, líder do Comando Nacional do Transporte.

Caso essa união aconteça, a greve seria muito semelhante à de 2018. “Somos representantes de um setor que depende diretamente de uma economia que parou. Não tem mais carga para transportar. E isso vai criando um clima bélico que está por um fio para explodir com a falta de pautas atendidas”, analisou Schmidt. A classe cobra, sobretudo, as fiscalizações da jornada de trabalho e do piso mínimo de frete. O reajuste do diesel é mais um elemento que impacta o setor, levando o valor do combustível de R\$ 2,2470 para R\$ 2,3047 nas

refinarias.

Fiscalização

A fiscalização da jornada de trabalho pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma exigência que, na prática, pode equilibrar o excesso de oferta com a demanda — o principal problema do setor —, por meio de uma redução prevista do número de caminhões completando os percursos de carga e descarga. O governo se dispôs a construir pontos de parada para que possam descansar, mas os autônomos alegam que é algo paliativo, uma vez que, atualmente, repousam em postos de combustíveis e outros pontos.

O monitoramento do piso mínimo é outra exigência que visa cumprir a legislação. Em 24 de abril, a Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) reajustou a tabela em uma média de 4,13%, após uma oscilação do óleo diesel superior a 10,69% no período acumulado desde janeiro. Entretanto, caminhoneiros alegam que a correção não é cumprida. A fiscalização pode ser feita pelo Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), ferramenta que reunirá uma série de informações contratuais.

O mecanismo está em gestação na ANTT, que prometeu implementar ainda em abril, mas retardou a entrega alegando problemas no sistema. É o que afirma o caminhoneiro Wallace Landim, um dos líderes da categoria e um dos principais responsáveis pela última greve. Na terça, ele se reunirá com os técnicos competentes da criação. Se a resposta for negativa, com apresentação de mais prazo, garante que atuará para mobilizar uma paralisação.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/05/2019

Seção: Economia

Autor: Thais Moura

Título: Gasolina a R\$ 4,49 em média no DF

Os consumidores que foram aos postos de gasolina, ontem, levaram um susto com a nova disparada dos preços, que voltaram aos níveis observados durante a greve dos caminhoneiros de 2018. Em apenas seis dias, o valor da gasolina nas refinarias sofreu dois aumentos seguidos, de R\$ 0,10 e R\$ 0,07, elevando o preço médio sem tributos de R\$ 2,045 para R\$ 2,1758. Depois do aumento da Petrobras, grande parte dos postos do Plano Piloto passou a revender o combustível acima de R\$ 4,45. De acordo com a Secretária da Fazenda, em média, a gasolina comum está sendo vendida a R\$ 4,49 no DF.

Levantamento feito pelo Correio em 27 postos na Asa Sul, Asa Norte, Estrada Parque Taguatinga (EPTG) e Setor de Indústrias Gráficas (SIG), mostra que 17 estabelecimentos cobram mais de R\$ 4,50 pelo litro desde o início da semana. Enquanto o valor ultrapassa R\$ 4,60 em alguns nos eixos L e W, chegando a R\$ 4,67 no posto Petrobras da 103 Norte. Na EPTG, o combustível se mantém entre R\$ 4,37 e R\$ 4,45.

Em nota, o presidente do Sindicombustíveis, Paulo Tavares, que representa os postos do DF, afirmou que “os constantes aumentos são de inteira responsabilidade do governo federal”. Segundo ele, o governo teria adotado uma política de majoração de preços para manter uma melhor posição no mercado de combustíveis, em relação à concorrência. “Os sucessivos aumentos nos preços dos combustíveis são o reflexo da política de preços da Petrobras e o aumento da carga tributária tanto em âmbito federal como distrital”, explica.

A nutricionista Sthefany Lima, 29 anos, é uma das brasilienses afetadas pelo preço da gasolina. Ontem à tarde, ela estava em uma longa fila para abastecer no posto Ipiranga da 112 Norte, que vendia o litro a R\$ 4,54. “Sempre venho nesse posto, porque o crédito tem o mesmo valor do débito”, disse a nutricionista, que por morar no Noroeste e trabalhar no Plano, depende do carro para se locomover. “Quando a gasolina sobe, começo a calcular se vale mais a pena ir de Uber ou de carro para os lugares. Quando está muito alto (o preço), só uso Uber.”

A estratégia da fotógrafa Vanessa Vieira, 43, é abastecer com etanol quando a gasolina está muito cara e usar apenas um dos carros que tem em casa. Outra forma de economizar, segundo ela, é abastecer sempre em postos Ipiranga. “Eles têm um aplicativo, disponível na Play Store e App Store, que me permite economizar 5% a cada abastecimento”, explica. “Me recuso a pagar R\$ 200 em um tanque de gasolina, morando em um país que produz combustível”, disse.

Explicação

O alto preço do combustível pode ser explicado. Para o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo, o valor da gasolina é influenciado, principalmente, por três fatores: pela Petrobras, que define o valor do petróleo nas refinarias; pelo valor do dólar, que influencia na parcela de petróleo não produzido pela Petrobras; e pelos impostos sob o combustível, avaliado em aproximadamente 40% do valor total. “Se a Petrobras produzisse gasolina suficiente, o preço teria queda. Enquanto dependermos da importação, o valor da gasolina nos postos também dependerá diretamente do mercado internacional”, explicou.

“Quando se aumenta o preço nas refinarias, se tem combustível antigo nos postos. Ou seja, o reajuste da gasolina não deveria ser imediato, porque o estoque ainda é o antigo. Porém, quando os preços abaixam na refinaria, o combustível continua caro nos postos”, afirmou o especialista.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

- **Variação dos preços no DF (em reais)**

Postos 30/4/19 3/5/19

Petrobras – Posto da Lava Jato	4,599	4,659
Petrobras – Eixo W 106 Sul	4,489	4,489
Petrobras – Eixo W 109 Sul	4,489	4,489
Shell – Eixo W 115 Sul	4,499	4,499
Petrobras – Eixo L 214 Sul	4,540	4,530
Petrobras – Eixo L 212 Sul	4,539	4,499
JarJour – Eixo L 210 Sul	4,539	4,499
Petrobras – Eixo L 207 Sul	4,539	4,490
PB – Eixo L 206 Sul	4,539	4,539
Melhor – Eixo L 204 Sul	4,459	4,599
Petrobras – Eixo L 202 Sul	4,499	4,499
Ipiranga – Eixo L 204 Norte	4,599	4,699
JarJour – Eixo L 206 Norte	4,539	4,539
Petrobras – Eixo L 208 Norte	4,549	4,549
Ipiranga – Eixo L 210 Norte	4,659	4,659
Shell – Eixo L 212 Norte	4,549	4,549
Petrobras – Eixo L 214 Norte	4,599	4,599
Ipiranga – Eixo W 115 Norte	4,659	4,659
Petrobras – Eixo W 113 Norte	4,559	4,559
Ipiranga – Eixo W 112 Norte	4,549	4,549
Petrobras – Eixo W 107 Norte	4,549	4,549
Petrobras – Eixo W 103 Norte	4,670	4,670
Petrobras – SIG Quadra 3	4,589	4,589
Shell – SIG Quadra 3	4,589	4,589
Garantia – EPTG	4,399	4,459
V-Tex – EPTG	4,377	4,377
Ipiranga – EPTG	4,379	4,459

- **Gás de cozinha sobe amanhã**

A Petrobras comunicou ontem às distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) que o preço do produto vendido em embalagem de até 13 quilos, popularmente conhecido como botijão de gás, vai ser reajustado a partir da meia-noite de amanhã. Segundo o Sindigás, que representa as distribuidoras, o reajuste vai oscilar de 3,3% a 3,6%, dependendo do polo de suprimento. “Pelos cálculos do Sindigás, o valor do GLP empresarial está 19,5% acima do GLP para embalagens de até 13 kg”, acrescentou o sindicato em nota oficial.

MME / ASCOM .